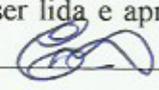


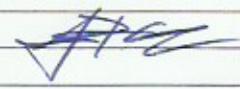
121ª (centésima vigésima primeira) Ata do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Patrocínio/MG – CDMPC – Aos 21 (vinte um) dias do mês de agosto do ano de 2017 (dois mil e dezessete), na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Cultura de Patrocínio, às 16h00 (dezesseis horas), realizou-se uma reunião ordinária do Conselho Deliberativo Municipal de Patrimônio Cultural de Patrocínio/MG, conforme edital de convocação do dia 18 (dezoito) de agosto do ano de 2017 (dois mil e dezessete), segundo o Decreto de número 3.344/2017 (três mil trezentos e quarenta e quatro de dois mil e dezessete), a fim de tratarem dos seguintes assuntos: Apresentação e análise de empreendimento da Galvani Indústria, Comércio e Serviços S/A, para fins de compor documentação a ser enviada para o IEPHA/MG, conforme legislação vigente: Portaria IEPHA/MG nº52/2014 e Deliberação Normativa do Conselho Estadual do Patrimônio cultural – DN CONEP nº07/2014 e Outras Deliberações. Estiveram presentes a esta reunião: Eliane Ferreira Nunes – Presidente da Fundação Casa da Cultura de Patrocínio e do CDMPC (Titular), Diogo Mendes Gonçalves – Secretário Municipal de Urbanismo (Titular), Representante da 29ª Superintendência Regional de Ensino: Aldo Oliveira Caixeta (Titular), Representante da Área Cultural do Município e Secretário Executivo do CDMPC: Guilherme Rocha Chagas (Titular), Mirian Lauriel Fernandes – Representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (Suplente) e ainda os seguintes convidados: Júlia Magalhães Silva – Galvani, Rogério Yukio Suzuki – Limiar Consultoria, Frederico Prates – O3L Arquitetura, Elisandra Alvarenga Oliveira – Galvani. A reunião foi aberta pela Presidente, que deu boas vindas a todos e passou a palavra para o pessoal da Galvani. Todos se apresentaram e Elisandra, engenheira de meio ambiente, apresentou a história da Galvani e do empreendimento chamado de Complexo Minerado Industrial de Serra do Salitre - CMISS. Informou que o empreendimento está na fase de implantação, com construção de edificações, empregando cerca de 1600 (mil e seiscentos) funcionários indiretos e 130 (cento e trinta) colaboradores da própria Galvani. Logo após, apresentou um vídeo institucional com as informações do empreendimento, cujo investimento é de 2,5 bilhões de reais (dois bilhões e meio de reais), que irá produzir anualmente 1,2 (um vírgula dois) milhões de toneladas de rocha fosfática e 950 (novecentos e cinquenta) mil toneladas de fertilizantes. Apresentou outro vídeo mostrando o estágio atual das obras e do empreendimento que terá 3 (três) barragens, sendo 2 (duas) de água limpa e 1 (uma) de rejeitos. Explicou que todo empreendimento está localizado no município de Serra do Salitre, que seria a área diretamente afetada, enquanto o município de Patrocínio estaria no entorno do empreendimento, sendo indiretamente afetado no distrito de Salitre de Minas e no povoado de São Benedito. Rogério acrescentou que o impacto seria basicamente relacionado ao aumento da circulação de pessoas e veículos nesses locais. Elisandra complementou que no projeto consta uma série de programas ambientais, mais de 30 (trinta) programas em andamento, que vêm sendo cumpridos desde 2009 (dois mil e nove), por exemplo, com monitoramento da qualidade do ar e da água, ruídos, e da fauna e flora local. Júlia falou sobre as ações que eles fizeram junto à comunidade, como levar o cinema para Serra do Salitre; programa de educação patrimonial nas escolas, ação realizada também em São Benedito; formação de hortas nas escolas e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; doação de computadores para escolas, campanha de álcool e drogas e de combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Também apresentou as compensações ambientais que a Galvani tem feito, entre as quais 291 (duzentos e noventa e um) hectares de áreas adquiridas de mata nativa, para instituição de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, em Patrocínio, situada na mata próxima ao antigo Hotel Serra Negra. Diogo perguntou qual é o órgão que eles apresentam o projeto de implantação. Elisandra respondeu que é a Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM, em Uberlândia. Júlia destacou que eles também têm o Instituto Lina Galvani, que trabalha com ações sociais dentro do município de Serra do Salitre dentre elas, cursos, editais, atividades culturais, etc. para desenvolver a comunidade para que ela esteja preparada para receber o que a mineração vai trazer junto com a implantação. Elisandra falou que o complexo mineral já tem a licença de instalação, e que o licenciamento

que eles pretendem agora é de uma ampliação a ser feita no futuro. Rogério apresentou o processo de licenciamento da ampliação das barragens de rejeito e de água, a ser ocasionado pelo aumento da área de cava e produção de minério. Complementou que durante esse processo foi regulamentada uma resolução normativa do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – CONEP, que insere o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, com o patrimônio cultural, no processo de licenciamento, então toda a ampliação está passando por esse estudo de identificação do patrimônio cultural. Rogério informou que a ampliação será realizada em uma área contígua ao complexo em implantação, hoje existem 1712 (mil setecentos e doze) hectares licenciados e a ampliação vai aumentar em 536 (quinhentos e trinta e seis) hectares de área ocupada. Ele acrescentou que foi realizado um estudo arqueológico desde 2005 (dois mil e cinco), com a participação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, da área objeto de ocupação da Galvani, os arqueólogos fizeram uma varredura em toda área e nos pontos em que eles identificaram alguma ocorrência arqueológica eles solicitaram a autorização do IPHAN para realizarem o processo de prospecção e resgate, com as atividades de educação patrimonial e, em 2016, o IPHAN emitiu a anuência para que o empreendimento pudesse receber a licença de operação, ou seja, embora o licenciamento seja conduzido pela SUPRAM, vários órgãos participam desse processo. Frederico falou sobre o estudo que foi realizado em termos de análise do patrimônio cultural da área afetada pelo empreendimento, pois o IEPHA entende que é preciso fazer um levantamento de campo dos bens que já foram acautelados pelo poder público federal, estadual e municipal, ou seja, tudo que já foi registrado, tombado ou inventariado no município deve ser analisado. Com isso, eles pegam os dados dos estudos que já foram elaborados, como no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA RIMA e do Estudo de Patrimônio Arqueológico onde determina a área de influência do meio socioeconômico: área diretamente afetada do empreendimento, que está em Serra do Salitre; depois vem a malha urbana do distrito sede de Serra do Salitre; a malha urbana de Salitre de Minas e a malha urbana de São Benedito. Frederico explicou que eles foram ao IEPHA pegar os dados dos bens inventariados, tombados e registrados dessas localidades, depois foram a campo para fazer a demarcação georreferenciada da localização desses bens, para gerar os mapas e a lista do que se tem de patrimônio cultural na área afetada. Ele complementou que em contato com o setor de patrimônio do município, através do Guilherme, lhes foi informado que faltava acrescentar dois bens de Salitre de Minas, que foram acrescentados ao mapa posteriormente. Guilherme perguntou se o povoado do Chapadão de Ferro estava na área afetada indiretamente, pois no relatório inicial que eles haviam encaminhado constava esse povoado. Frederico respondeu que não, que eles até fizeram um levantamento de lá também, mas depois, analisando o EIA RIMA, eles constataram que o Chapadão de Ferro não fazia parte da área de influência do meio socioeconômico. Guilherme observou que isso trouxe uma maior preocupação, pois lá é a área da Lagoa do Chapadão de Ferro, que é um patrimônio tombado pela Lei Orgânica do Município. Elisandra afirmou que podem ficar tranquilos, pois lá não sofrerá impacto nenhum. Frederico concluiu apresentando o relatório, com o mapa georreferenciado, onde constam os bens, a categoria de proteção e o local onde eles se encontram; esse relatório compõe o material que será enviado para análise do IEPHA. Elisandra reforçou que esses bens foram levantados em Salitre de Minas e São Benedito, pois essa área compõe uma área indiretamente afetada pelo empreendimento da Galvani, pois vai ter um impacto, por exemplo, no aumento de circulação de pessoas e tráfego na rodovia e, por isso, o Município de Patrocínio também entra nessa área de estudo de impacto. Guilherme perguntou como funciona o processo desse estudo prévio do impacto cultural, pois a Galvani necessita da manifestação do nosso setor de patrimônio e do CDMPC para compô-lo. Rogério respondeu que o estudo é basicamente o que eles apresentaram aqui, o estudo apresenta todas as licenças que o empreendimento já possui; a caracterização das áreas, onde está o empreendimento e as áreas afetadas; depois ele apresenta uma listagem dos bens que estão nos distritos impactados, com os mapas e, para compor esse estudo, eles precisam dessa anuência e manifestação do

CDMPC. Guilherme explicou que outra preocupação do CDMPC é em relação às barragens, até lembrando o rompimento que ocorreu em Mariana. Rogério respondeu que os projetos de engenharia são exaustivamente estudados, existe um estudo específico para rompimento e que o que ocorreu em Mariana foi uma sucessão de erros. Elisandra complementou que o projeto de barragem em Serra do Salitre é diferente daquele de Mariana, sendo completamente oposto ao de lá, e que após esse rompimento saiu uma nova legislação sobre barragens que fez com que o monitoramento ficasse mais rigoroso, sendo que as barragens implantadas em Serra do Salitre já irão seguir essa nova regulação. Eliane comentou que esse foi um questionamento levantando na última reunião, pelos conselheiros que não puderam estar presentes nesta reunião. Agradeceu os esclarecimentos prestados e informou que o parecer será encaminhado posteriormente. Logo após, Eliane abriu para discussão sobre a demanda, argumentando que devemos pedir contrapartida, por causa dos impactos negativos gerados por um empreendimento desse porte. Guilherme observou que tanto o setor de patrimônio da prefeitura quanto o CDMPC podem solicitar essas contrapartidas. Diogo questionou qual é o critério de análise, o nosso parecer vai ser sobre o impacto de qual bem. Guilherme explicou que segundo a resolução do CONEP eles precisam da manifestação do CDMPC do município, que tem a área influenciada pelo empreendimento, sobre o interesse de tombamento dos bens inventariados que estão nessa área afetada, nessa manifestação poderá conter a aprovação ou não do empreendimento, assim como medidas mitigatórias, compensatórias ou proposições de adequação do projeto no que tange à proteção e preservação do patrimônio cultural. Eliane informou que nós passamos a situação para uma consultora de patrimônio, e ela nos orientou que deveríamos pedir uma contrapartida, pois esse tipo de empreendimento gera impacto na região inteira, independente de estar impactando diretamente o município ou não. Então devemos solicitar uma contrapartida cultural em termos de patrimônio, o que o CDMPC definir que será interessante, pois eles são acostumados a dar essa contrapartida e não podemos perder essa oportunidade. Diogo propôs que a contrapartida poderia ser algo voltado para cultura e lazer, como uma praça. Eliane sugeriu que poderíamos levar os nossos projetos culturais para lá, porque atualmente não tem estrutura e transporte para fazer isso. Aldo sugeriu que eles deveriam contemplar o distrito de Salitre de Minas e o povoado de São Benedito com os mesmos projetos sociais a serem destinados ao município de Serra do Salitre. Diogo propôs que Eliane deveria conversar com o prefeito para ouvir a sua opinião sobre o assunto. Eliane perguntou aos demais conselheiros se devemos ouvir o prefeito sobre essa medida compensatória e depois marcarmos uma reunião extraordinária para unir as propostas do município e do CDMPC. Todos concordaram com a proposta. Logo após, Eliane falou sobre a intenção de fazer o registro do dialeto Kalunga, pois no município ainda não existe nenhum bem imaterial registrado e que essa ideia foi bem recebida pela consultora a ser contratada pelo município, pois além de fomentar a nossa cultura ainda vai aumentar os recursos do ICMS cultural. E perguntou se todos concordavam com a apresentação do registro do Kalunga como uma ação do CDMPC para 2017. Todos concordaram com a proposta. Eliane agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião. Nada mais havendo a tratar, eu, Guilherme Rocha Chagas, lavrei a presente ata que, após ser lida e aprovada, será pelos presentes assinada. Patrocínio, 21 de agosto de 2.017. Eliane Ferreira Nunes 

Diogo Mendes Gonçalves _____

Aldo Oliveira Caixeta _____

Guilherme Rocha Chagas  _____

Mírian Lauriel Fernandes _____

Júlia Magalhães Silva _____

Rogério Yukio Suzuki _____

Frederico Prates _____

Elisandra Alvarenga Oliveira _____

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL DE PATROCÍNIO

DATA: 21/08/2017

Fundação Casa da Cultura de Patrocínio "Odair de Oliveira"

Eliane Ferreira Nunes

Waldir da Silva Junior

Representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente

Titular: Diogo Mendes Gonçalves

Suplente: Patrícia Naiara Naimeg

Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Turismo

Titular: Ivanderlei Silva Santos

Suplente: Mirian Lauriel Fernandes

Representante da UNICERP

Titular: Maria Emília Cherulli Alves Barbosa

Suplente: Marisa Diniz Gonçalves Machado

Representante da 29ª Superintendência Regional de Ensino

Titular: Aldo Oliveira Caixeta

Suplente: Eliane Pêgo Umezaki

Representante da Área Cultural do Município

Titular: Guilherme Rocha Chagas

Suplente: Gabriel Augusto Damascena

Representante da Associação Comercial e Industrial de Patrocínio

Titular: Edméa Regina Cardoso Marcene

Suplente: Lindalva Cândida Silva

Representante da OAB - 65ª Subseção de Patrocínio

Titular: Diego Vinícius Vieira

Suplente: Daniel Victor Costa

Representante da população patrocínense com notório saber sobre a História de Patrocínio

Titular:

Suplente: Cleide Maria de Brito

Convidados:

Júlia Magalhães Silva - Analista de Comunicação e Sustentabilidade
Galvani

ROGÉRIO YUKIO SUZUKI - LIMAR CONSULTORIA

FREDERICO PRATES - OZL ARQUITETURA

Elyandra Alvarenga Oliveira - Enga Meio Ambiente -
Galvani